

Embates sobre a neutralidade na Educação: a formação ideológica do discurso da Revista Veja

Daniel Calbino¹
Mariana Mayumi Pereira Souza²
Ana Paula Paes de Paula³
Alexandre de Pádua Carrieri⁴
CEPEAD – UFMG
Belo Horizonte – MG – Brasil

Correspondência:
Rua Flor de Fogo, 65/apto 204 bloco 5 – Liberdade
Belo Horizonte –MG
CEP: 31.270-217
E-mails: dcalbino@yahoo.com.br
mariana_mayumi@yahoo.com.br
appaula@face.ufmg.br
alexandre@cepead.face.ufmg.br

Artigo recebido em 21/01/2009

Aprovado em 05/02/2009

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo apresentar uma contraposição ao discurso da neutralidade da educação. Primeiramente no plano teórico, com críticas ao modelo de escola neutra e, posteriormente, por meio de uma análise do discurso da Revista Veja, visando identificar a formação ideológica e as estratégias do discurso defensor da educação neutra. A partir disso, buscou-se traçar considerações sobre a impossibilidade de se sustentar um discurso sobre neutralidade na educação e as consequências últimas ligadas à sustentação dessa visão pedagógica.

¹ Mestrando em Administração – CEPEAD/UFMG, Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo (NEOS) e Núcleo de Estudos de Gestão Pública (NEGP). Graduado em Administração pela UFSJ.

² Mestranda em Administração – CEPEAD/UFMG, Pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo (NEOS). Graduada em Administração pela UFMG.

³ Bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (1994), mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1998), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e pós-doutorado pela Fundação Getúlio Vargas - SP (2005). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais, subcoordenadora do Núcleo de Estudos de Gestão Pública (NEGP - CEPEAD), subcoordenadora do (Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo (NEOS - CEPEAD), consultora do Governo de Minas Gerais, colaboradora e parecerista das principais revistas e encontros na área de estudos organizacionais e gestão pública. Nos últimos anos, vem abordando os seguintes temas: gestão pública, cooperativismo e autogestão, teoria crítica e estudos organizacionais, ensino e pesquisa em administração, pedagogia crítica.

⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Desde 2002 é Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais/Face/Cad/Cepead. É coordenador do Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo (NEOS). Atua na Sublinha de pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade, com ênfase nos grupos temáticos: Vida Organizada, Teorias do Poder e Estudos Organizacionais; e Estudos Organizacionais, História, Memória e Identidade Cultural, que trabalham as áreas de estudos organizacionais e simbolismo; construção de estratégias, relações de poder, identidade, memória e história da gestão.

Palavras-chave: Neutralidade educacional. Formação ideológica. Análise de discurso.

**Discussions on the neutrality in Education: the ideological formation of discourse in
Veja magazine**

Abstract

This objective of this study is to contradict the discourse of the neutrality in education. Firstly at a theoretical level, with criticisms of the model of the neutral school and then, through an analysis of the discourse of *Veja* magazine, seeking to identify the ideological training and the discourse strategies used to defend neutral education. Based on this, there is an attempt to outline some considerations regarding the impossibility of maintaining a discourse on neutrality in education and the consequences of sustaining this pedagogical vision.

Keywords: Educational neutrality. Ideological training. Discourse analysis.

Em 2008, a edição de Agosto da *Veja*, uma revista de grande circulação nacional, levantou um polêmico debate sobre o ensino no Brasil. Segundo a revista, o fracasso da educação brasileira se deve ao fato de os professores inculcarem ideologias nos alunos, tendo como preocupação maior com o “incentivo à cidadania do que com o ato de ensinar conteúdos de formação profissional”. A mesma defende, então, que a solução para a educação é a busca da neutralidade como um dever, citando, como exemplo, a ONG Escola Sem Partido, em Brasília, que tem como objetivo chamar a atenção para a ideologização do ensino na sala de aula.

Esta concepção se aproxima da perspectiva da pedagogia não-diretiva, que se volta mais para a criação de métodos do que a formação do conteúdo. Segundo Gadotti (2006, p.95), “Essa pedagogia não se coloca o problema dos conteúdos, esquece os conteúdos para se deter sobre métodos, sobre o encontro de opiniões”. A pedagogia não-diretiva também vê com algum ceticismo a questão da verdade; recusando-se a colocar este problema. Ademais, perspectivas construtivistas e cognitivistas também são empregadas como bases de fundamentação da neutralidade, pois visariam ao desenvolvimento cognitivo dos alunos a despeito da conscientização político-social “ideologizada” (CABANAS, 1995).

O objetivo deste trabalho é apresentar uma contraposição ao discurso da neutralidade da educação, primeiramente, em nível teórico, com críticas ao modelo de escola neutra e, posteriormente, por meio de uma análise do discurso da Revista *Veja*, visando identificar a formação ideológica e as estratégias do discurso defensor da educação neutra. A partir disso,

buscou-se traçar considerações sobre a impossibilidade de se sustentar um discurso sobre neutralidade na educação e as consequências últimas ligadas à sustentação dessa visão pedagógica.

Embates sobre a neutralidade na Educação

A pedagogia não-diretiva é uma das bases de fundamentação dos discursos que defendem a neutralidade na educação. Essa pedagogia tem como objetivo superar os problemas apresentados pelos modelos convencionais de educação, como o autoritarismo do professor diante do aluno, a falta de participação dos estudantes no processo de aprendizagem, e o burocratismo das instituições de ensino. Na pedagogia não-diretiva, não existe uma busca da verdade ou do mais verdadeiro. O que conta é o sucesso das relações interpessoais, da vida do grupo, do ardor do debate, o prazer do desabafo, sendo uma espécie de confessorário moderno (GADOTTI, 2006, p. 88).

No plano da relação educando-educador, o poder de decisão é posto nas mãos dos alunos,

Estes assumem a responsabilidade de sua formação, delimitando e organizando o campo da aprendizagem. O professor intervém mais no funcionamento, no método de trabalho do que nos conteúdos. Não emite seu ponto de vista. Limita-se a sugerir elementos novos, pistas. [...] Os pedagogos não-diretivos não conseguem teoricamente solucionar o problema. Recomendam apenas, como o faz Carl Rogers, que todas as intervenções sejam escutadas e examinadas com a mesma atenção, que cada um possa fazer-se ouvir e que ninguém procure usurpar as funções dos outros ou impor-se autoritariamente. A saída, portanto é ética, moral. (GADOTTI, 2006, p. 88).

Em similaridade com esta perspectiva de neutralidade, Cabanas (1995, p. 271), ao definir Pedagogia como Cognitivismo e construtivismo, apresenta uma simpatia por estas correntes devido à cientificidade destas. Na concepção do autor, em contrapartida à ideologização de outras correntes, estas

Oferecem, pelo menos, uma vantagem que não costuma verificar-se noutras: referimo-nos ao facto de não terem uma origem nem um carácter ideológico (derivam de certos pontos essenciais da Psicologia da Educação), mas sim, de facto, científico, pelo que sua discussão se situa não num terreno filosófico, mas sim em constatações mais ligadas à observação e à experiência, no âmbito da ciência psicológica.

Apesar desta crença da neutralidade na educação, essa premissa caminha mais para um plano inocente, de purismo ou astúcia, pois como falar de neutralidade educacional numa “sociedade que exclui dois terços de sua população e que impõe ainda profundas injustiças à

grande parte do terço para o qual funciona?”(FREIRE, 2006, p. 9). Como acreditar num sistema de educação formal que teve suas origens na divisão das escolas para os ricos e para os pobres? (BRANDÃO, 1981). Defender a neutralidade educacional não é propor a permanência do *status quo*? (GADOTTI, 2006).

A negatividade da neutralidade educacional

Um dos fortes opositores da possível neutralidade educacional é Freire (2006, p. 23). O autor afirma que o discurso da neutralidade da educação é um mito, que leva à negação da natureza política no processo educativo. E, tomando isto como algo puro, sem “interferências”, caminha para uma abstração da humanidade, um idealismo utópico:

(...) é impossível uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. Neste sentido é que todo partido político é sempre educador e, como tal, sua proposta política vai ganhando carne ou não na relação entre os atos de denunciar e de anunciar.

O autor ainda levanta que, no processo educativo como no ato político, uma das questões fundamentais é ter em vista que estas sempre giram a favor de quem e do que, e, conseqüentemente, contra quem e contra o que se faz a educação e a atividade política.

Para exemplificar, Freire (2006, p. 24) cita o caso da educação burguesa, que sempre foi sistematizada pelos burgueses, mas só foi implementada quando esses chegaram ao poder.

Os burgueses, antes da tomada do poder, simplesmente não poderiam esperar da aristocracia no poder que pusesse em prática a educação que lhes interessava. A educação burguesa, por outro lado, começou a se constituir, historicamente, muito antes mesmo da tomada do poder pela burguesia. Sua sistematização e generalização é que só foram viáveis com a burguesia como classe dominante e não mais contestatária.

Ainda, para o mesmo, outro exemplo da influência da política no ato da educação encontra-se na simples escolha de uma rede de bibliotecas populares, pois:

A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com certa política cultural. Não há neutralidade aqui também. (FREIRE, 2006, p.35).

Complementando esta perspectiva, Charlot (1979, p. 11) cita que a educação é política, porque ela atende a quatro sentidos que se articulam uns com os outros, como: “a educação transmite os modelos sociais. A educação forma a personalidade, a educação difunde idéias políticas, a educação é encargo da escola, instituição social”. Diante disto, é

possível concluir que a educação, numa sociedade de classes, transmite os modelos sociais da classe dominante, forma cidadãos para reproduzirem essa sociedade, difunde as ideias políticas dessa classe e reproduz, por isso tudo, a dominação de classe (GADOTTI, 2006).

Pode-se constatar esta afirmativa em Meszaros (2006, p. 275), quando, ao analisar a educação no sistema capitalista, ressalta que ela está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais, e suas funções são julgadas de acordo com a sua razão identificada na sociedade como um todo,

A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político.

Não é por menos que Marx (1974, p. 31) desenvolve suas críticas ao programa de Gotha, do Partido Operário Alemão. Segundo as diretrizes do partido, cabe ao Estado a função de prover uma “Educação geral, igual para todos, do povo pelo Estado. Obrigação escolar para todos, instrução gratuita”. Marx (1974, p. 32) levanta os seguintes comentários:

Educação do povo, igual para todos? Que se quer dizer com estas palavras? Acreditar-se-á que, na sociedade actual (e é dela que se está a tratar), a educação possa ser a mesma para todas as classes? Ou querer-se-á então obrigar pela força as classes superiores a receberem apenas o ensino restrito da escola primária, o único compatível com a situação econômica não só dos operários assalariados, mas também dos camponeses? Obrigação escolar para todos. Instrução gratuita. A primeira até já existe na Alemanha, a segunda na Suíça e nos Estados Unidos para as escolas primárias. Se, em certos Estados neste último país, há estabelecimentos de ensino superior igualmente gratuitos, isso apenas significa que, na realidade esses Estados inscrevem nos parágrafos do orçamento geral das despesas escolares das classes superiores. [...] Uma educação do povo pelo Estado é uma coisa absolutamente condenável. Determinar por uma lei geral os recursos das escolas primárias, as aptidões exigidas ao pessoal docente, as disciplinas ensinadas, etc. e, como acontece nos Estados Unidos, fiscalizar por meio de inspetores do Estado a execução dessas prescrições legais é completamente diferente de fazer do Estado o educador do povo! Pelo contrário, é preciso banir da escola, ao mesmo título, qualquer influência do governo e da igreja.

Torna-se clara a crítica de Marx aos distintos tipos de escolas que se constituem na sociedade, relatando as diferenças de ensino oferecidas. Ainda se constata a preocupação de se afastar o Estado da educação, mostrando que este interfere de fato na educação.

Nesta mesma perspectiva, Brandão (1981, p. 60), ao analisar a constituição das diretrizes da educação de um país pelo Estado, relata que não há apenas ideias opostas ou ideias diferentes a respeito da educação, à sua essência e a seus fins. Existem sim, interesses econômicos, políticos que se projetam também na educação, pois:

Não é raro aqui, como em toda parte, a fala que idealiza a educação, esconda no silêncio do que não diz, os interesses que pessoas e grupos tem para os

seus usos. Pois, do ponto de vista de quem controla muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade destes interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas, e não tanto “a todos”, “a Nação”, “aos brasileiros”. Do ponto de vista de quem responder por fazer a educação funcionar, parte do trabalho de pensá-la implica justamente em desvendar o que faz com que a educação, na realidade renegue o que oficialmente se afirma dela na lei e na teoria.

Constata-se, também, que a escola inculca valores como o individualismo nos alunos, sem que as pessoas se apercebam, pois se proíbe os alunos de falar uns com os outros durante as aulas, privilegiando-se o esforço, o trabalho e os sucessos individuais, em detrimento do trabalho em equipe, da valorização da ajuda mútua e da solidariedade (HARPER, 1986).

Percurso metodológico

Na parte empírica deste artigo, conforme já exposto, buscou-se analisar o discurso da neutralidade na educação veiculado pela Revista Veja, especificamente em 20 de agosto de 2008. Nesta edição, a reportagem de capa é dedicada a uma crítica ao ensino no Brasil, considerado ideologizado. A opção por analisar essa revista se justifica por vários motivos. A Veja é o veículo de mídia impressa de maior circulação no país e está completando 40 anos. Sua tiragem é a maior entre as revistas brasileiras, equivalente a mais de um milhão de exemplares semanais, e seu público se concentra entre as classes A e B (73% dos leitores)¹. Ao longo dos seus 40 anos de existência, a Veja logrou construir uma imagem de si mesma como uma fonte de grande legitimidade para proferir saber (BENETTI, 2007). Neste sentido, é possível considerar a Veja como um enunciador legitimado pela classe dominante, colocando-se como porta-voz da mesma, influenciando e sendo influenciado pela ideologia dominante e mantenedora do *status quo*.

Para analisar o discurso da Revista Veja, foram empregados elementos da Análise do Discurso, por meio da identificação das estratégias de persuasão (FARIA; LINHARES, 1993). Segundo Maingueneau (2000, p.13), a análise do discurso é “a disciplina que, em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu ‘contexto’, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social.” (grifos do autor). Assim, percebe-se que uma das principais vantagens da utilização dessa técnica é a possibilidade de interpretação não apenas do que é dito, explicitado, mas, sobretudo, trabalhar a ideologia que está por trás das falas, entendendo o que realmente os atores querem dizer e que não necessariamente é explicitado.

Como nenhum discurso se constitui sozinho, mas em interação com outros, pode-se dizer que existem duas dimensões que se articulam e que devem ser levadas em conta ao se

analisar um determinado discurso: a dimensão intradiscursiva e a dimensão interdiscursiva (FARIA, 2001). O nível intradiscursivo diz respeito aos sentidos presentes no texto, em que o falante organiza sua própria maneira de veicular o discurso. Assim, o enunciador nesta dimensão remete a duas concepções diferentes, aquela que ele defende e aquela em oposição à qual seu discurso se constrói. Já o estabelecimento de tais relações de contradição se dá no nível interdiscursivo, ou seja, as contradições se caracterizam por oposição a outros discursos com diferentes visões de mundo (FARIA, 2001).

Levando em consideração as relações entre intra e interdiscursos, de acordo com Faria e Linhares (1993), a detecção de quatro estratégias discursivas de persuasão auxilia o pesquisador a desvendar as formações ideológicas presentes no discurso em questão. Primeiramente, a *criação de personagens discursivas* pode revelar a inclinação ideológica do enunciador, pois elas não são criadas casualmente. Assim, o enunciador pode se opor ou defender ideias por meio de uma personagem, transferir a responsabilidade para ela ou até mesmo omitir sua existência. Da mesma forma, as *relações entre os conteúdos explícitos e implícitos* criam um efeito ideológico. O conteúdo implícito possibilita ao enunciador passar ao leitor de forma sutil e interativa uma ideia que por alguma razão não foi explicitada. O desvendamento destas ideias implícitas pode revelar a formação ideológica do locutor (FARIA; LINHARES, 1993; MAINGUENEAU, 2000).

A estratégia do *silenciamento* acerca de certos temas e personagens também é uma forma comum de se persuadir. O enunciador pode omitir sentidos possíveis, mas indesejáveis e incoerentes com o ponto de vista sustentado. A partir da análise do que está omitido e do que está exposto, é possível entender melhor a ideologia presente no discurso em questão. Por fim, a quarta estratégia persuasiva, referente à *escolha lexical*, também se configura como elemento revelador, pois a intenção argumentativa do enunciador se reflete nos vocábulos que este utiliza para se expressar. Em diferentes situações, podem-se empregar termos fortes ou sutis, claros ou técnicos (FARIA; LINHARES, 1993).

Análise do Discurso de Veja

De acordo com Benetti (2007), a Revista Veja tem intrigado pesquisadores por sua capacidade de produzir sentidos, inserida em um contexto de formação de opinião que demanda estudos aprofundados. O discurso da revista não se enquadra nos gêneros tradicionais de texto jornalístico, a saber, o jornalismo informativo e o opinativo. A Veja adotaria um estilo híbrido, carregado de informação, mas simultaneamente permeado fortemente pela opinião, às vezes explícita, às vezes implícita, construída por meio de

adjetivos, advérbios e figuras de linguagem. Silva (2005), citada por Tezini (2007), analisou o papel histórico da revista, de 1989 a 2002, concluindo que a mesma contribuiu para a disseminação do projeto neoliberal no Brasil. Para isso, de forma geral, as estratégias de convencimento de *Veja* são: indicação de padrões de consumo, exaltação de seu projeto político (expondo o que seria o rumo adequado ao país) e criminalização de movimentos sociais. Dessa forma, o discurso da revista contribui para a construção e difusão do pensamento único, representante da classe economicamente dominante. Veicula-se a visão de um mundo onde não existem alternativas ao desenvolvimento do capitalismo global (SILVA, 2005).

As características gerais do discurso jornalístico e do discurso da *Veja* podem ser notadas na reportagem que se buscou analisar neste trabalho. O texto é basicamente construído na terceira pessoa, o que confere o sentido de objetividade; no tempo presente, para conferir relevância e atualidade; e utiliza exemplificações da vida cotidiana, estatísticas e opinião de autoridades, para obter legitimação frente aos leitores. A intenção argumentativa do enunciador se constrói basicamente por meio de figuras (elementos concretos), ao invés de temas (elementos abstratos), o que, de acordo com Fiorin (2003), é uma forma de escamotear o conteúdo ideológico que permeia o discurso, dando a ideia de que o texto seria neutro e verdadeiro.

O intradiscurso da reportagem se estrutura por meio do percurso semântico da educação. A partir disso, observam-se os temas principais: qualidade do sistema de ensino, ideologização, neutralidade na educação, empregabilidade e família.

Para 89% dos pais com filhos em escolas particulares, o dinheiro é bem gasto e tem bom retorno. No outro campo, 90% dos professores se consideram bem preparados para a tarefa de ensinar. (...) sob sua plácida superfície essa satisfação esconde o abismo da dura realidade – o ensino no Brasil é péssimo, está formando alunos despreparados para o mundo atual, competitivo, mutante e globalizado. Em comparações internacionais, os melhores alunos brasileiros ficam nas últimas colocações (...).

Neste trecho, as personagens *pais* e *professores* são colocadas como a favor do cenário atual da educação da personagem *filhos* ou *alunos*. Contudo, o enunciador afirma explicitamente que haveria uma contradição entre a satisfação das personagens e a realidade, que demandaria outro tipo de formação para os *alunos*. Por meio do vocábulo *competitivo*, que caracteriza a *realidade*, observam-se os temas implícitos do capitalismo, do mercado de trabalho e da empregabilidade. Na última oração do texto, faz-se uso de uma comparação entre o caso brasileiro e outros países, com o intuito de ilustrar a afirmação anterior sobre a

má qualidade do ensino no país. Pretende-se passar, por pressuposição, a ideia de que a comparação internacional se baseia em critérios que satisfazem à demanda da realidade para o bom ensino. Assim, a intenção seria demonstrar que o Brasil não se enquadra nos padrões adequados. Contudo, tais critérios de comparação são silenciados, o que não permite ter certeza sobre a coerência da argumentação.

Isso só se conseguirá, como mostra a pesquisa encomendada por VEJA, quando o otimismo com o desempenho do sistema, que é também compartilhado pelos alunos, for transformado em radical inconformismo. A fagulha de mudança pode ser acendida com a constatação de que as escolas que país, alunos e professores tanto elogiam são as mesmas que devolvem à sociedade jovens incapazes de ler e entender um texto, que se embaralham com as ordens de grandeza e confiam cegamente em suas calculadoras digitais para não apenas fazer contas mas substituir o pensamento lógico.

No trecho acima, são destacadas as mesmas personagens do trecho anterior e uma nova, a própria Revista Veja – personagem coletiva, metonímica. A *Veja* é colocada implicitamente como agente de mudança do sistema educacional, por conscientizar as demais personagens sobre as deficiências desse sistema do qual fazem parte. Dessa forma, o enunciador constrói uma imagem da revista como veículo fornecedor de informações privilegiadas e essenciais aos leitores. Ao final do trecho, é possível pressupor quais seriam algumas das características desejáveis de um *jovem* capacitado, de acordo com o enunciador: saber ler e entender textos, lidar com ordens de grandeza e desenvolver pensamento lógico. O tema da neutralidade no ensino pode ser inferido implicitamente a partir de tais características, tendo em vista o teor técnico-cognitivo das mesmas.

Prontos para o século XIX

Muitos professores e seus compêndios enxergam o mundo de hoje como ele era no tempo dos tílburis. Com a justificativa de "incentivar a cidadania", incutem ideologias anacrônicas e preconceitos esquerdistas nos alunos.

Neste trecho, o enunciador define bem os papéis das personagens *professores*, *seus compêndios* e *alunos*. Os *professores* são apontados como os principais causadores da dita crise no ensino brasileiro, pois estariam fazendo uso de um discurso ideologizado ao ensinar a personagem *alunos*, sempre retratada como passiva. Observa-se que o problema estaria na inadequação da carga ideológica, considerada ultrapassada e preconceituosa. A partir disso, ao considerar anacrônico determinada forma de pensar, pressupõe-se que o enunciador considera algum tipo de ideologia adequado à sociedade atual. No título que introduz o trecho acima e na expressão “*incentivar a cidadania*”, o enunciador faz uso da ironia. De acordo com Benetti (2007), essa é uma figura de linguagem bastante presente no discurso da *Veja* e é

empregada geralmente como um recurso de desqualificação de algo, pessoa, lugar ou prática qualquer. Neste caso, o título desqualifica ironicamente a formação dos alunos brasileiros no contexto do século XXI. E a expressão “*incentivar a cidadania*” desqualifica as personagens *professores*, pois coloca em questão a autenticidade de seu desejo de formar cidadãos. Por meio de desqualificação, o enunciador implicitamente constrói o sentido junto ao leitor do que estaria correto e dentro da normalidade.

Parece bobagem, uma curiosidade até pitoresca num mundo em que a empregabilidade e o sucesso na vida profissional dependem cada vez mais do desempenho técnico, do rigor intelectual, da atualização do pensamento e do conhecimento. Não é bobagem. A doutrinação esquerdista é predominante em todo o sistema escolar privado e particular. É algo que os professores levam mais a sério do que o ensino das matérias em classe, conforme revela a pesquisa CNT/Sensus encomendada por VEJA. Pobres alunos.

A partir deste trecho, é possível inferir que a chamada *doutrinação esquerdista* é a causa da baixa qualidade do ensino brasileiro e que esta se contrapõe ao ensino demandado pelo mercado de trabalho, essencialmente técnico. Ao longo da reportagem, o enunciador faz alusão irônica a certas figuras consideradas ícones da *doutrinação esquerdista*, como Karl Marx, Paulo Freire, Che Guevara, Hugo Chávez, entre outras. De forma bastante irônica, o enunciador as desqualifica, constrangendo o leitor que as apoie e deixando apenas a opção de rejeitá-las. Novamente, portanto, a visão unilateral da revista é implicitamente imposta. Além disso, outro reflexo da visão unilateral é o pressuposto no texto de que o sistema educacional deve preparar os alunos primordialmente para a vida profissional. Por fim, as três personagens presentes no trecho seguem os mesmos papéis anteriores, os *professores*, responsabilizados; *Veja*, informadora da verdade; e os *alunos*, passivos e impotentes diante da situação, vítimas do anacronismo dos professores.

Para 78% dos professores, o discurso engajado faz sentido, uma vez que atribuem à escola, antes de tudo, a função de “formar cidadãos” – à frente de “ensinar a matéria” ou “preparar as crianças para o futuro”. Muito bonito se não estivessem nesse processo preparando os alunos para um mundo que acabou e diminuindo suas chances de enfrentar a realidade da vida depois que saírem do ambiente escolar.

Neste trecho, a relação entre a primeira e a segunda frase permite inferir que o enunciador confere à expressão *formar cidadãos* o sentido de doutrinar os alunos em prol do socialismo, para um contexto de bipolaridade vivido em décadas passadas (implícito a partir da expressão *mundo que acabou* e às alusões anteriores ao fim do regime socialista soviético, nomeado erroneamente pelo enunciador de *comunismo*). Contudo, nesta generalização a

respeito do sentido da expressão *formar cidadãos*, está silenciado como foi colocada a questão aos professores pesquisados e se o enunciador realmente detém informações suficientes para poder generalizar com tamanha certeza. Ao final do trecho, o tema da empregabilidade aparece implicitamente na expressão *enfrentar a realidade da vida*.

Está claro, e a própria experiência mostra isso, que o viés político retira da escola aquilo que deveria, afinal, ser seu atributo número 1: ensinar a pensar – verbo cuja origem, do latim, significa justamente pensar.

O trecho destacado ilustra a explicitação da ideia que o enunciador visa construir a respeito do sistema escolar neutro. Afirma-se, de forma categórica e baseada na *experiência* (silencia-se sobre que experiência seria essa), que a educação politizada desvia a escola de sua função primordial que seria incentivar o pensamento amplo e avaliativo das ideologias possíveis. A partir de tal afirmação, o enunciador busca silenciar seu próprio posicionamento ideológico, o qual não é explicitado no texto como tal, mas o permeia quase que completamente. O discurso da neutralidade no ensino, conforme já exposto, é carregado por uma formação ideológica característica do grupo dominante, em prol da manutenção do *status quo*. A intenção é formar pessoas incapazes de uma reflexão politizada da realidade, indivíduos passivos e conformados ao sistema.

(...) o principal problema da sala de aula é, de longe (77%), a ausência dos pais no processo educativo. Repousam na colaboração entre pais e professores a correção dos rumos do ensino no país e a aceleração da curva de melhora de desempenho que começa a se desenhar. A questão do excesso de ideologização é um desses problemas que podem ser abordados em conjunto por pais e professores.

Neste trecho, o enunciador explicita qual seria a solução para os problemas do sistema educacional, ao apontar sua principal causa. A personagem *pais* deveriam se aproximar dos *professores*, para que se corrija o *excesso de ideologização*. Nesse sentido, é transferida aos *pais* a responsabilidade por controlar o conteúdo ideológico repassado em sala de aula. Contudo, silencia-se como o enunciador conclui que a ausência dos *pais* no processo educativo pode ser a raiz do problema. Nota-se que o enunciador quantifica a carga ideológica em sala de aula, de forma implícita, ao utilizar a expressão *excesso de ideologização*. A partir disso, infere-se que o enunciador chama de ideologia somente as visões que questionam o *status quo* e que essa ideologia deveria ser minimizada.

A partir da análise do discurso da reportagem, observa-se que o principal elemento silenciado pelo enunciador são os verdadeiros interesses que permeiam a condenação da *ideologização* do ensino. O enunciador manifesta explicitamente sua preocupação com o

sucesso dos alunos no mercado de trabalho, pois eles sairiam da escola mal formados e mal preparados. Contudo, a contradição está na ampla satisfação dos próprios alunos, seus pais e professores. Questiona-se, portanto, se o enunciador está realmente interessado com os alunos brasileiros ou com a manutenção e fortalecimento de todo um sistema socioeconômico pautado pela hegemonia da esfera econômica na vida humana, pela competição capitalista e pelo individualismo. A preocupação, conforme já exposto, está em formar indivíduos tecnicistas e acríticos, instrumentalizáveis pelo sistema e, nesse processo, ditar aos alunos, pais e professores, explicitamente satisfeitos, o que seria o melhor para eles.

Considerações finais

Ao realizar a análise do discurso da reportagem da Veja, foi possível evidenciar que o discurso sustentado pela revista defende um sistema educacional neutro. Identificaram-se também as estratégias empregadas pelo discurso da neutralidade para persuadir os interlocutores. O enunciador silencia os aspectos históricos do sistema educacional – como ele surgiu e se desenvolveu no Brasil e no mundo; as múltiplas funções da educação para a construção do indivíduo e suas relações sociais; e o papel de outras instituições na formação das crianças e jovens – como a família e a comunidade. Nesse sentido, o discurso se constrói a partir das premissas de que a educação das crianças é um processo formal e a-histórico, que se dá somente dentro da escola e que objetiva a preparação dos alunos para uma vida profissional bem sucedida. Conforme já mencionado, em outras palavras, o discurso omite sua formação ideológica, construindo argumentações que tentam conduzir o leitor à conclusão de que ideologias questionadoras do *status quo* são prejudiciais ao ensino.

Portanto, o discurso da neutralidade, que visa despolitizar a ação educativa, não é senão uma manifestação a mais da forte carga política e da imposição ideológica das classes dirigentes por intermédio do aparelho escolar. Busca-se essa “despolitização”, afastando-se a escola dos problemas sociais, como se acreditar ser possível educar fechando-se em um invernadouro a salvo da realidade social (GUTIERREZ, 1988). A partir disso, edifica-se um sistema educacional que incentiva a individualidade, a competição e a aceitação da realidade posta.

Ao mesmo tempo, destaca-se o louvável comportamento dos professores brasileiros citados por Veja, que admitem assumir um posicionamento ideológico dentro de sala de aula, visando expor uma visão diferenciada de uma sociedade que incentiva o consumo, o sucesso financeiro e individual. Esses professores, apesar de se desconhecer seus métodos de ensino,

ao menos, rejeitam a posição neutra de sua profissão e valorizam a formação ampla para a cidadania – conforme os resultados da pesquisa citada pela própria Revista Veja.

Por fim, tomando como base os resultados citados pela Revista Veja, coloca-se o questionamento da chamada “educação ideologizada” que acontece, segundo a revista, na grande maioria das escolas públicas e particulares no Brasil. Como estaria ocorrendo o repasse das ideologias “esquerdistas” aos alunos? De forma superficial e deficiente? De forma autoritária e também unilateral? Ou de forma aberta às discussões, por meio de um método dialógico e dialético de construção do conhecimento? Tais questões quanto à natureza do processo pedagógico no Brasil são colocadas tendo em vista o baixo grau de engajamento político dos jovens. Ou seja, a tão condenada “carga ideológica” dos conteúdos no ensino brasileiro não estaria surtindo efeitos capazes de gerar mudanças sociais efetivas, que seriam preocupantes às classes dominantes. Não adiantaria fornecer conteúdos politizados de forma não-integral aos alunos, em uma sociedade que impõe diariamente modelos de felicidade e de sucesso que são alcançados por meio da conformação ao sistema.

Referências

BENETTI, M. A ironia como estratégia discursiva da Revista Veja. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 16, Curitiba, 2007. (**Anais eletrônicos...**) Curitiba: Compós, 2007.

BRANDÃO, R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CABANAS, J. M. **Teoria da educação**. Concepção antinômica da educação. Porto: ASA, 1995.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 314p.

FARIA, A. A. M., LINHARES, P. T. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). Análises de discursos: sedução e persuasão. **Cadernos de Pesquisa do NAPq**. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAPq, nº 13, 1993.

FARIA, A. A. M. Interdiscurso e intradiscurso: da teoria à metodologia. In: MENDES, E. A. e de M.; OLIVEIRA, P. M.; BENN-IBLER, V. (Org.). **O novo milênio**: interfaces lingüísticas e literárias. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p.31-37.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. 87p.

FREIRE, P. **A importância do Ato de Ler**: três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**. São Paulo: Cortez, 2006

GUTIERREZ, F. **Educação como práxis política**. Tradução de Antonio Negrino. São Paulo: Summus, 1988

HARPER B. et al. **Cuidado Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas**. Brasiliense, 1986

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MARX, K. Crítica do programa de Gotha. In: MARX, K; ENGELS, F. **Crítica dos programas socialistas de Gotha e de Erfurt**. Porto: Nunes, 1974.

MESZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

TEZINI, J. C. V. O movimento estudantil em 1977 e a atuação política da Revista Veja. **Revista Tempos Históricos**, v. 10, 1º semestre de 2007. p. 171-205. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/1231/1018>.